



## RESOLUÇÃO CFO-178, de 25 de novembro de 2016

Define obrigações quanto aos Portais da Transparência Pública dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia.

A diretoria do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais "ad referendum" do plenário, em atenção à solicitação da Autoridade LAI CFO e objetivando atender ao disposto no artigo 8°, § 3°, da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação,

## RESOLVE:

## **RESOLVE:**

Art. 1°. É dever dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia divulgar em seus Portais de Transparência Pública o conteúdo mínimo de informações definido no Acórdão n° 96/2016/TCU-Plenário, promovendo sua divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelos Conselhos de Odontologia.

## Art. 2°. Nos Portais da Transparência Pública deverão, no mínimo:

- I conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; e,
  - VI manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.

Art. 3°. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 25 de novembro 2016.

EIMAR LOPES DE OLIVEIRA, CD SECRETÁRIO-GERAL JULIANO DO VALE, CD PRESIDENTE

